

RAIMUNDO SOUSA

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professor Assistente da Universidade Federal do Pará - Campus Altamira. E-mail: raimundosousa@hotmail.com.

TEREZINHA FÁTIMA A. MONTEIRO DOS SANTOS

Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professora Titular da Universidade Federal do Pará. E-mail: terezinha.santos@gmail.com.

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL EM ALTAMIRA-PA

RESUMO

Este artigo analisa o Plano de Ações Articuladas (PAR) no processo de democratização da gestão educacional de Altamira-PA. Além de documentos oficiais do município, como o próprio PAR, foram analisados os depoimentos de diferentes sujeitos em torno de elementos fundamentais para uma gestão democrática: Plano Municipal de Educação (PME), Conselho Municipal de Educação (CME), Plano de Cargos e Salários e Provimento do Cargo de Gestores escolares. A pesquisa revelou alguns avanços, como a existência de conselhos gestores, mas principalmente a fragilidade do processo de democratização da gestão, como a ausência de PME, indicação política de gestores escolares, e dificuldades do funcionamento do CME frente às representações do governo.

Palavras-chave: Plano de Ações Articuladas. Democratização da gestão. Educação municipal de Altamira.

ARTICULATED ACTION PLAN: ANALYSIS OF THE DEMOCRATIZATION OF THE EDUCATIONAL MANAGEMENT IN ALTAMIRA, PA

ABSTRACT

This paper analyses the Articulated Action Plan (PAR) in the process of democratization of Altamira's (PA) educational management. In addition to the city's official documents, such as the PAR itself, we analyzed the testimonials of different subjects concerning key elements of a democratic administration, involving actions such as: The Municipal Education Plan (PME), the Municipal Board of Education (CME), the Career and Salary Plan and the Provisions for Filling the Position of School Administrator. The research revealed some progress, such as the existence of management councils, but mainly the fragility of the process of management democratization, involving aspects as: the absence of PMEs, politically appointed school administrators, and difficulties in the operation of the CME due to government representations.

Keywords: Articulated Action Plan. Management democratization. Altamira's municipal education.

LE PLAN D'ACTION ARTICULÉ: ANALYSE DE LA DÉCRASATION DE LA GESTION EDUCATIONNELLE EN ALTAMIRA-PA

RESUMÉ

Cet article analyse le plan d'action articulé par le (PAR) dans le processus de démocratisation de la gestion de l'éducation d'Altamira-PA, en plus des documents officiels de la municipalité. Selon le PAR lui-même, les témoignages de différents sujets autour des éléments clés d'une administration démocratique ont été analysés: le Plan municipal d'éducation (PME), le Conseil municipal de l'éducation (CME), le plan des postes et des salaires, et la fourniture de frais des directeurs d'école. L'enquête a révélé des progrès tels que l'existence de conseils de gestion, mais surtout la fragilité de la démocratisation du processus de gestion, comme l'absence

de PME, les directeurs d'école nommés politiquement, et les difficultés d'opération du CME devant les représentants du gouvernement.

Mots-clés: Plan d'action articulé. Démocratisation de la gestion de l'éducation. L'éducation municipale en Altamira.

INTRODUÇÃO

Este texto se origina de pesquisa de mestrado defendida no primeiro semestre de 2015, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, e apresenta um recorte sobre o estudo do Plano de Ações Articuladas na gestão educacional do município de Altamira-PA, no período de 2007 a 2012. O objetivo geral do estudo foi analisar as implicações do PAR para a gestão educacional de Altamira-PA, no que se refere à democratização da gestão.

No Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação (PMCTE), conforme Art. 8º, §5º do Decreto 6.094/2007, o apoio técnico e financeiro da União dar-se-ia por meio da elaboração do Plano de Ações Articuladas, nas mais diferentes ações sinalizadas e dispostas nas quatro dimensões do PAR: 1 – Gestão Educacional; 2 – Formação de Professores e de Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; 3 – Práticas Pedagógicas e Avaliação; 4 – Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos (BRASIL, 2007).

As ações do PAR, no âmbito da gestão, de acordo às orientações do Ministério da Educação, dentre outras, compreenderam: Implantar Conselho Municipal de Educação; – Reestruturar o Plano Municipal de Educação; Plano de Carreira e Provimento de cargo de gestores (ALTAMIRA, 2008).

Neste artigo, privilegiamos análises, a partir do diálogo com diferentes sujeitos, sobre as ações destacadas no PAR, como o Conselho Municipal de Educação, Plano Municipal Educação, Plano de Cargos e Salários e Escolha de Gestores Escolares, destacando a relevância destes elementos para a democratização da gestão da educação. Sete (07) foi o número de entrevistados. Dentre eles, destacam-se secretários de educação, coordenador pedagógico, professores e membros de conselhos.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME) DE ALTAMIRA: DILEMAS DO PROCESSO DE REATIVAÇÃO

Os Conselhos constituem, principalmente com a atual Constituição Federal, em espaços de “conflito, confronto, negociação e acordo”. São arenas em que através da participação direta os interesses diversos são intermediados (GUIMARÃES, 2009, p. 55).

Como uma das ações do PAR que recebeu a avaliação 2, o CME figura como uma das mais importantes ações, pois sua composição articula diversas entidades, o que por sua vez garante diferentes posicionamentos políticos que podem pesar no processo de discussão sobre a política educacional. O CME de Altamira foi reativado em 2010, resta saber se era interesse político do governo em reativá-lo. Para a secretária “A” de educação este foi um processo lento:

Olha, esse processo foi lento e nós tivemos uma atuação do Ministério Público para que houvesse a reativação do Conselho. E, nós entendemos que da forma como o Conselho foi implantado, foi criado, ele não atenderia a realidade do município. Então haveria a necessidade de formular um novo plano, um planejamento de um novo conselho que viesse realmente atender ou contemplar o estágio da educação no nosso município. [...] A lei do sistema [foi criada]. Ainda falta complementação, muita coisa ficou para complementar, mas para atender a realidade naquela época, foi criado, foi feito (SECRETÁRIA “A”).

O depoimento revela que só o planejamento não daria conta da reativação do Conselho, foi necessária a intervenção do Ministério Público. Um dos argumentos é que a base legal do antigo conselho não contemplava o atual estágio da educação – parceria com o IAS – de Altamira. Exigia-se, segundo a secretária “A” a reestruturação de um novo Plano. Porém, por determinação judicial, o Conselho, após os novos membros tomarem posse, passa a funcionar em 2010, com mandato de 3 anos. Um dos primeiros trabalhos do Conselho foi colocar em pauta a Lei do Sistema Municipal de Educação, que teve sua aprovação, na câmara municipal, em 2012.

Para o conselheiro “A” do CME, o processo de reativação do conselho teve como referência o PAR. O conselho existente anteriormente estava “adormecido” e era preciso também o município estruturar seu plano municipal de educação. Somente a partir do conselho funcionando novamente é que se passou a discutir a política educacional do município.

Nós tínhamos, é verdade, um conselho formado desde antes, mas que ficou ali, vamos dizer, assim, um pouco adormecido. Então com a articulação do PAR, [...] foi retomado tudo, aquelas metas de trabalho, porque o município também precisava também se estruturar, formar seu plano municipal de educação. Então foi feita de novo as discussões e depois fomos eleitos, cada categoria escolheu seu representante na qual eu pude ser escolhido pelos outros colegas da escola como representante dos conselhos escolares para fazer parte como membro titular daquele conselho. Então [...] todo esse processo, se deu a eleição, o processo de nomeação, e a partir de então passamos a discutir a política educacional do município no Conselho Municipal de Educação (CONSELHEIRO “A”).

A discussão sobre a política educacional local se torna relevante. Depois de quase dez anos inativo, um Conselho em funcionamento representa a possibilidade de discutir os rumos da educação. Assim, é certo que o embate de correlação de forças passa, pelo menos nas reuniões, a existir. Para a secretária “A”, apesar das críticas que tece ao SINTEPP, a importância, por exemplo do sindicato, foi fundamental na educação do Município:

Na verdade, a contribuição do SINTEPP, ela foi muito valiosa, apesar de que ele sempre tem aquele cunho político-partidário muito forte, nós conseguimos dialogar e a contribuição do sindicato, pelo menos as pessoas que repre-

RAIMUNDO SOUSA

TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL
EM ALTAMIRA-PA

sentava o sindicato, foi muito importante, principalmente na construção da lei do Sistema, e também do PCCR, que foi o Plano de Cargos e Salários. Então eu acho que sempre acrescenta, o diálogo sempre vem acrescentar com a administração e favorece o desenvolvimento de novas ações. Apesar de que... eu digo, esse caráter, esse cunho político partidário que o SINTEPP tem, que ele trabalha, às vezes dificulta o diálogo: incentivo a paralisações e tudo mais. A gente ver que a gente está trabalhando no mesmo campo e em algumas ações nós somos antagonistas. Por exemplo, nessa questão de paralisações. Então nós trabalhamos pela defesa do direito dos estudantes e quando você paralisa você nega o direito dos estudantes estarem em sala de aula, aprendendo com o seu professor e na maioria das vezes a gente ver que a coisa é orquestrada extra. É apenas por um grupo, não é pela representação da comunidade docente (SECRETÁRIA "A").

Apesar de referir-se a possíveis diálogos, destaca-se na fala da secretária "A", os antagonismos. As críticas relacionadas ao SINTEPP, recai principalmente no que se refere às paralisações dos trabalhadores. Para a secretária de educação "A" estas ações ferem o direito dos estudantes. Enfatiza ainda que as mobilizações não acontecem com a totalidade dos professores, mas são iniciativas de grupos. Para os membros "A" e "B" do CME a reativação do conselho trouxe à tona algumas dificuldades. A primeira de ordem da infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos e outra de ordem política, especialmente no andamento das discussões sobre a política educacional do Conselho no que se refere ao provimento de cargos de diretores na Lei do Sistema de Ensino, em que o governo defendia as nomeações:

[...] O que nós tivemos alguns probleminhas foi a questão estrutural, o funcionamento do Conselho, porque o funcionamento do Conselho precisa ter sua sala exclusiva, precisa ter seu computador, ser conectado à internet, precisa ter a sala exclusiva, você precisa ter uma estrutura boa, para poder... O Conselho, vamos dizer, é o cerne da questão da educação, depois do conselho formado [...] a gente precisa ter toda esta estrutura, e essa estrutura, infelizmente passou, e a gente ficou sem ela. Ficamos trabalhando assim: num lugar emprestado, logo no início numa sala da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e partir de então passamos um tempo por lá e como a universidade teve que mudar também de local, nós mudamos então pra uma salinha ali do anexo da SEMED que não é uma sala propriamente do Conselho... É uma sala emprestada (CONSELHEIRO "A").

Teve sim. [...]. No governo [2005-2012] era ruim..., mas nós conseguimos aprovar a lei do sistema, a gente debatia, encaminhava e acionava o Ministério Público. Chegamos a articular algumas coisas importantes nesta política. Não era fácil, mas agente debatia, pelo menos a gente conseguiu [debater]. Por exemplo: na gestão democrática dentro da lei do sistema do sistema municipal de educação nós não conseguimos efetivar porque o governo tinha o interesse de nomeação. E nós, tínhamos interesse de quê? Os gestores

RAIMUNDO SOUSA

TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL
EM ALTAMIRA-PA

e as gestoras das escolas tinham que ser [eleitos e] dentro de uma política que a comunidade pudesse ali contribuir no debate [...] (CONSELHEIRO “B”).

O depoimento dos conselheiros destacados revela a dificuldade de retomar os trabalhos do CME em Altamira. Desde a infraestrutura de funcionamento até a difícil tarefa de colocar em pauta a temática da gestão democrática constituem obstáculos. Certamente, a partir daí – do Conselho reativado – os diferentes interesses em torno da educação pública municipal passam a se contrapor. De um lado a ordem instituída, de outro, as proposições de quem há muito tempo não tem participado no colegiado dos debates sobre as questões que se referem à política educacional. Obviamente, não seria diferente, a menos que os projetos não fossem antagônicos. Em contraponto à questão da infraestrutura, a secretária “B”, declara que foi resolvida durante sua gestão: “O Conselho Municipal de Educação foi criado quando eu fui secretária há muitos anos, em 1995 [...]. E agora eu retornei [...]. Eu fiz, eu montei um espaço que se chamava anexo da SEMED, eu coloquei computador, mesa, central de ar e deixei funcionando.”

Com o funcionamento do CME era importante que entrasse na pauta das discussões o documento do Plano de Ações Articuladas, já que também fazia parte da gestão educacional do Município. O membro “A” do CME, apesar de afirmar que no geral os conselheiros tinham dificuldade de compreender o PAR, destaca que conhecia o documento e que uma das maiores discussões era sobre a infraestrutura e o PARFOR:

Eu era um membro que conhecia. A professora x que conhecia muito bem o programa. No todo, os conselheiros ainda tinham dificuldades de entender o que era este PAR, o planejamento articulado. Quando se falava nas dimensões, o que mais se discutia era a questão da infraestrutura e o financeiro [...]. Mas em relação também ao PARFOR [se discutia] [...].

Para o conselheiro “B” do CME, não só conheciam o documento, como também tinham apoio técnico da Secretaria Municipal de Educação na explanação do projeto: “Conhecíamos sim [o documento do PAR] a gente debateu bastante, ficou bastante explícito. Nós tínhamos equipe técnica da SEMED que fazia agenda para expor toda essa concepção [...]”. Sendo assim, o CME considerou como parte de seu trabalho, o andamento das ações. Porém não é evidenciado se havia um acompanhamento sistemático das ações, o que nos leva a crer que o monitoramento do cumprimento das ações do PAR restringia-se à equipe técnica da SEMED.

Um outro aspecto que pode ser destacado nesse processo de reativação do CME de Altamira é sobre o fortalecimento da democratização da gestão. As perspectivas sobre esta questão divergem, mas também apontam convergências. A secretária “A” revela que até que contribuiu, mas depois paralisou tudo ao passo que a secretária “B”, destaca que “houve, houve sim, porque deu abertura para as entidades”. Já o conselheiro “A” do CME mostra-se mais otimista quanto à construção de uma gestão democrática. Para ele, “o município ia alavancar um pouco mais”, principalmente no que

RAIMUNDO SOUSA

TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL
EM ALTAMIRA-PA

se refere a algumas políticas de educação, como o Censo Escolar. Destaca ainda em sua fala que, em muitos casos, não existiam reuniões pela falta de quórum, justificando para tal, o fato de não haver a remuneração para os conselheiros.

Sem dúvida, porque a gente conseguia ali nas nossas reuniões. Apesar de às vezes não dar quórum porque, assim: é um trabalho, vamos dizer assim, voluntário, você não é remunerado por isso até então. Às vezes falta quórum, quando falta quórum você não pode tocar em frente às discussões, necessita de votos. Mas assim, eu acreditava com certeza que a partir dali o município ia alavancar um pouco mais, principalmente no Censo. A gente iria descobrir se tinha aluno ou não fora da sala de aula, ia ser mais fácil buscar junto ao MEC, por exemplo, recursos para os programas [...] (CONSELHEIRO “A”).

Já o conselheiro “B” enfatiza que não acreditava que a partir da reativação do CME viesse o fortalecimento da gestão democrática. Para ele a gestão democrática envolve um processo mais amplo, o CME seria apenas um componente para alavancar a gestão democrática, devido, principalmente a sua composição:

Não, pra mim não passava simplesmente pela questão do Conselho Municipal de Educação. É um debate mais amplo, eu acho que tinha que envolver mais segmentos, mas que o conselho fosse um dos instrumentos, poderia ser um dos articuladores devido a sua composição, que é a diversidade de representações, de representatividade (CONSELHEIRO “B”).

Destaca ainda o conselheiro “B” que o processo democrático era emperrado, por duas razões: o primeiro porque a presidência do Conselho estava nas mãos do governo, na pessoa da secretária de educação, o segundo porque com este poder nas mãos, a pauta que não interessava ao governo ficava emperrada, impedindo o avanço dos projetos de interesse da sociedade:

[...] Então ali [com o conselho ativado] a gente trazia proposta, só que dificultou porque o Governo não era o “governo”. Como nós tínhamos na direção do controle do Conselho Municipal de Educação, a presidência era a própria gestora, a secretária de educação. Ela emperrava as coisas, então a democracia ficava impedida ali pela imposição, que ela fazia questão de ter, o controle no debate, principalmente o de seus pares dos representantes das pessoas que representavam as secretarias de governo. E o debate ficava ali, às vezes influenciava até um pouco alguns, por exemplo, da representatividade: pais de alunos, mães, alunos e alunas. [...]. Então é isso aí, quando queríamos que aprovasse algo a mais e saísse dali da gaveta, de dentro do conselho e que se estendesse pro [campo] externo, que fosse para as escolas, pra sociedade ficar ciente, a gente tinha que fazer uma articulação dentro [...]. Hoje tá pior, porque hoje nem debate tem (CONSELHEIRO “B”).

RAIMUNDO SOUSA

TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL
EM ALTAMIRA-PA

O conselheiro “B” sintetiza a sua expectativa quanto ao fortalecimento da gestão democrática pós-reativação do CME de Altamira. Revela-se um cenário conflituoso, onde o poder decisório está nas mãos do governo. Havia uma tentativa de controle do debate. E sua fala final anuncia, mesmo antes de se tornar forte, o enfraquecimento do CME – “hoje tá pior, porque nem debate tem”, referindo-se ao conselho na gestão atual.

O processo de reativação do CME ocorreu de forma lenta, principalmente pela inoperância do governo em reativá-lo e conflituosa porque em seu processo de reativação foram atendidas as reivindicações populares que exigiam participar do debate e da construção da política educacional. A partir dos relatos observados, esta ativação, apesar de ser considerada um avanço, não foi garantia para o aprofundamento de discussões que caminhassem para a democratização da gestão. O enfraquecimento de canais de participação, como os conselhos, marginaliza a sociedade do debate sobre os projetos que são de interesse público, o que inviabiliza o processo democrático e a tomada de decisões de forma coletiva. Na sequência, analisaremos as percepções no que tange ao PME.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: POR ONDE ANDAS?

O Plano Municipal de Educação (PME), como um dos indicadores para a gestão democrática, se constitui em uma ação que à época da elaboração do PAR em 2008 recebeu uma pontuação negativa – dois – situando-se como um indicador que demandava ações para a Secretaria. Como se configurou o PME, a partir daí?

Os professores “A” e “B” e o coordenador pedagógico afirmaram não ter conhecimento sobre a existência do Plano Municipal de Educação de Altamira. Analisemos, pois, as falas das secretárias “A” e “B”, e dos conselheiros “A” e “B” sobre esta questão – o PME.

O relato da secretária “A” destaca como dificuldades para a elaboração do PME “o número insuficiente de técnicos” da SEMED. Revela intenções para a construção do diálogo com a comunidade, mas que não saiu do papel:

Na verdade os nossos técnicos... Nós tínhamos poucos técnicos trabalhando na SEMEC e todos eles assoberbados, super-assoberbados de atividades. Então um planejamento exige a formulação de reuniões que nós até planejamos fazer, mas não conseguimos executar. Pra retratar a realidade e a vontade de toda a comunidade, o plano tem que ser constituído com a participação das bases, de todos os rincões do município. E era impossível termos pernas e condições de fazer todo esse trabalho. Então como nós entendíamos que deveria haver esse diálogo, esse chamamento da comunidade para discutir as questões da educação, para que realmente a população se sentisse incomodada mesmo com a questão da educação [...]. Chegou a entrar na pauta [o Plano Municipal de Educação] mas não houve avanço [...] (SECRETÁRIA “A”).

O PME, embora tenha entrado na pauta, não avançou, não constituiu prioridade para a secretaria, mesmo tendo sido avaliado negativamente no diagnóstico do PAR. Como já observado no capítulo anterior, o Plano de Metas elaborado em consonância com o IAS, é que se sobrepôs a decisão política de elaboração do PME previsto no Plano de Ações Articuladas. Se a reativação do CME apresentou dificuldades, a ação para a PME não apresentou iniciativas que levassem a sua concreta elaboração. A secretária “B” afirma também que “não deu tempo”:

Não, foi porque não deu tempo. Infelizmente não deu tempo de... Só iniciamos. Também não teve tempo de reunir com a comunidade, com as entidades, não deu tempo. Ficou só naquilo [na formação dos técnicos]. Agora não o governo federal tá dando todo embasamento, tá reunindo. O que a gente faz manda, o que a gente faz [...] aprova ou não. Eu acho que o Plano Municipal de Educação ele vai ajudar porque todas as entidades fazem parte. Então onde há o coletivo a gente já sabe que desenvolve sim, que a união que faz a força [...] cada qual tem opinião e vamos ver qual a melhor (SECRETÁRIA “B”).

Além de justificar que não deu tempo para acionar as entidades para a construção do PME, a fala da secretária revela a atuação do governo federal no assessoramento aos municípios na elaboração do plano. No primeiro PAR (2007-2011) ficou somente na formação de técnicos, mas que agora os encaminhamentos estão sendo feitos, com a participação do Poder Central. Destaca ainda a secretária “B” a importância do coletivo, porém, mais uma vez a intencionalidade venceu as ações de fato e o município ficou sem um plano municipal.

O conselheiro “A” considerou “um pesar” o não cumprimento da ação sobre o PME. Embora afirme que dois técnicos do Conselho tenham se esforçado para que fosse encaminhado as ações sobre o primeiro Plano Municipal de Educação de Altamira, não logrou êxito, “[...] pois é, eu quero lhe dizer isso até com muito pesar porque nós trabalhamos bastante. Eu até enfatizo aqui o nome do professor x e da professora y, eles [...] pesquisaram bastante”. Porém o conselheiro “A” conclui sobre a situação da elaboração do plano: “[...] o nosso plano encontra-se parado, o que eu acho muito ruim pro município, porque o município precisa apresentar o plano, agora no novo plano decenal de educação”. Para o conselheiro “B” o PME não saiu do papel porque existem interesses em disputa e o diálogo torna-se mais difícil:

Porque tem muito de interesses. Há interesses de grupos governamentais, tem o interesse da sociedade que é maior e em muitos momentos não é considerado. E isso implica muito na efetivação de uma política que vá atender, que vai acima do interesse de pequenos grupos internos. E para você superar esse mal equívoco [...] tem que fazer uma gestão, tem que dialogar bastante com os pares ali. Primeiramente é isso, senão você não dar conta de chegar pra sociedade, porque a sociedade não te elege pra você fazer parte de um conselho de controle, não é para você

RAIMUNDO SOUSA

TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL
EM ALTAMIRA-PA

ficar choramingando não [...] é para fazer o confronto lá, é para fazer nossas propostas, que a merenda melhora, que a água vai melhorar para os alunos, que o transporte escolar seja melhor, que os espaços de dentro das escolas sejam melhores, que as secretarias, que o banheiro [melhorem] [...] (CONSELHEIRO “B”).

Os interesses em disputa de grupos governamentais se conflitam com o interesse da sociedade, que embora seja o interesse maior, não é considerado, destaca o conselheiro “B”. Neste confronto os interesses coletivos entram na política do “não fazer”, que é caso da construção do PME. A situação torna-se pior ainda se a representação da sociedade não fizer o confronto “lá dentro”. A subserviência com o governo não levará as mudanças tão desejadas, como a melhoria de diversas políticas educacionais: merenda escolar, água na escola, transporte escolar, espaços escolares, secretarias e banheiros, os quais são temas importantes que devem constar no PME.

O Plano Municipal de Educação, mesmo que tenha sido uma das ações do PAR, subsiste ainda como uma mera ação em documento. As falas apresentadas trazem a política do “não fazer” e as críticas ao governo quanto a não elaboração de tão importante plano que vai definir a política educacional do município. Certamente isto representa um atraso para o processo da democratização da educação, pois favorece aos governos a centralização dos rumos da educação, excluindo a população do direito de discutir, elaborar e acompanhar os projetos educacionais de interesse público.

PROVIMENTO DO CARGO DE GESTORES ESCOLARES EM ALTAMIRA-PA

A questão do provimento de diretores constitui um debate histórico. O diretor livremente indicado pelos poderes públicos; diretor de carreira; diretor aprovado em concurso público; diretor indicado por listas triplas e eleição direta são as modalidades de provimentos que podem configurar a gestão da educação nas escolas públicas (DOURADO, 2013).

No PAR, a escolha de diretores aparece como um dos indicadores fundamentais no que se refere à gestão educacional. A pontuação 3 registrada no diagnóstico evidencia que existem critérios para escolha de diretores. No entanto, esta temática é analisada a partir do que pensam as secretarias de educação, conselheiros, coordenador pedagógico e professores.

As secretarias destacam a importância de escolher os gestores pela competência técnica. Na visão da secretária “A”, os gestores passavam pela formação continuada para que pudessem receber a certificação. Os diretores participavam do FOCO¹ de formação. “Nós demos formação para os gestores escolares e aqueles gestores que conseguissem a certificação, eles seriam nomeados, como foram”. No entanto, arremata em sua fala final que o próximo passo seria envolver na escolha dos diretores, a comunidade: “Mas num próximo passo seria fazer a consulta às comunidades”. O que de

1. O termo FOCO se refere, neste caso, ao Programa Gestão Nota 10 do IAS, que realizava formação aos diretores da rede pública municipal de Altamira.

fato não ocorreu, prevaleceu a formação dos diretores e as nomeações pelo executivo municipal.

Para a secretária “B”, embora a SEMED não tenha feito ações para promover a gestão democrática, afirma a importância da escolha direta de diretores. “É importante sim a eleição, porque você escolhe o diretor, a comunidade escolar [elege o diretor]”. Destaca ainda a importância da competência dos gestores, além da experiência. Os gestores não podem assumir a direção só porque é aliado político de alguém. “Educação e saúde não deveria ter esse negócio de coisa política, deveria ser pela competência de cada um [...]. Pra ser diretor teria que passar tantos anos em sala de aula”. Neste caso seria a indicação política, mas depois que o servidor passasse pela experiência do Magistério e por formação dada pela secretaria e não por uma simples aliança política forjada no período das eleições. “[...] Porque se tem pessoas competentes que não se coloca no cargo x porque não votou pra mim, ele vai ficar ali? Eu acho isso aí Não aceito, não concordo com isso, vou sair frustrada [da educação] porque não concordo com isso. [...]”, enfatiza a secretária de educação “B”.

Os conselheiros entrevistados apresentam uma fala “dura” com relação à forma como tem sido conduzida a questão do provimento do cargo dos gestores escolares. Ambos destacam a resistência dos governos municipais na construção da gestão democrática nas escolas. Conforme o conselheiro “A”, o critério de escolha do diretor tem sido um outro “gargalo”. “A gente já propôs várias vezes esta gestão democrática, mas até então isso não foi consolidado no município”. Argumenta para tal que “na contramão da regra parece que o chefe do executivo, não é muito de interesse porque ele nomeia. Às vezes aquele nomeado serve como cabo eleitoral, propriamente dito”, destaca o conselheiro. O Conselheiro “A” destaca ainda que as nomeações não se circunscrevem ao gestor escolar, mas também a outros cargos das escolas: “Ainda é de nomeação tanto o diretor, coordenador, vice-diretor, onde tem. Então “tudo” são [...] nomeados.”

O conselheiro “B” destaca que tanto o governo anterior quanto o governo atual eram contra a gestão democrática. Considera ainda que não se pode entender gestão democrática só por meio de eleição, mas é “com”:

O governo atual como o governo anterior eram contra a gestão democrática com eleição de diretores. A gestão democrática não quer dizer... tem quer ser a unilateralmente eleição, mas é com. A gente faz questão de dizer que a gente quer gestão democrática com eleição de gestão. Então, nenhum e nem outro, ambos não querem. Eles querem trabalhar a questão de nomeação (CONSELHEIRO “B”).

No campo da escola, considerando a fala do coordenador pedagógico e professores, a democratização da gestão no aspecto da forma de provimento de gestores tem sido por indicação política. Para o Coordenador Pedagógico o critério de escolha de diretor “continua como sempre foi, não existe ainda esta escolha democrática, eleição, digamos assim. É uma função atribuída pela gestão municipal [...]”. O professor “A” revela “[...] É indicação da secretaria de educação, uma questão política”. “Olha até hoje sempre foi por indicação política, até onde eu sei. Aqui em Altamira

todas as escolas [o provimento de gestão] é por indicação [...]”, declara a professora “B”. Amplia ainda suas reflexões em relação ao provimento de diretores, afirmando que, ao chegar o final de ano, a expectativa sobre o novo diretor aumenta ainda mais:

[...] É tanto [por indicação política] que o que é que acontece [quando] chega ao final do ano: a direção e coordenação disponibilizam os cargos, não é isso? E aí a gente sempre fica naquela tensão: quem será o próximo? Por que? Porque a gente não tem realmente... o município não cumpre com a eleição direta para diretores. (PROFESSOR “B”).

As assertivas apresentadas revelam diferentes posicionamentos com relação ao provimento de gestores escolares, mas convergem na afirmação de que predomina uma gestão direcionada pelo poder executivo municipal. Revelam também as disputas em torno de que perspectiva de gestão predomina no universo das escolas. Por um lado, existe uma luta pela democratização da gestão, por outro, há uma engrenagem política educacional bem elaborada para a manutenção do *status quo*.

PLANO DE CARREIRA: LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO

A luta dos professores pela melhoria salarial tem sido uma constante nas últimas décadas. Na CF de 1988, pelo menos textualmente se expressa a valorização profissional:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

O artigo em destaque refere-se ao Plano de Carreira do Magistério e pela primeira vez propõe um piso para professores. Com a Lei nº 11.738/2008 se institui o piso profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Porém, como já afirmado no capítulo 2, os salários continuam muito abaixo da dignidade do cargo e das exigências profissionais (CURY, 2009, p. 09). Além do que, os direitos garantidos nos planos de carreira e no próprio piso, na maioria dos casos, não tem sido cumpridos.

O Plano de Carreira para o Magistério é um dos indicadores que constam no PAR na área da gestão educacional. No PAR de Altamira foi classificado com a pontuação 03, não figurando como um indicador crítico, à época da avaliação em 2008. O Plano de Carreira em vigor é regido pela Lei nº 1553/2005. Neste tópico tomam-se como referência de análise os depoimentos das secretárias de educação, conselheiros, coordenador pedagógico e professores.

RAIMUNDO SOUSA

TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL
EM ALTAMIRA-PA

Na visão das secretárias, o Plano de Carreira garantiu uma grande conquista: a progressão funcional. Até então os professores não recebiam suas gratificações pela conclusão do ensino superior. “Então todos os professores que tiveram avanço na sua formação acadêmica, a todos eles, foi dado uma gratificação”, afirma a secretária “A”. No entanto, destaca a secretária “A” que o Plano não foi implementado na íntegra: “Mas não conseguimos implementar plenamente”. Já para a secretária “B” as garantias aconteceram em termos salariais. Afirma que houve melhoria no salário dos docentes, pois considera um incentivo a boa remuneração. Embora a fala das secretárias revele que é importante a valorização do professor por meio das remunerações, o depoimento da secretária “B” evidencia que o não cumprimento pleno do Plano de Carreira se deve à ausência de ação mais enérgica do governo e também de falha de sua própria gestão:

[...]. Não vou dizer que é pelo dinheiro em si, mas é um incentivo [para o professor]. Sim, lógico gente, é lógico. Só não fizemos a progressão [horizontal], faltou uma decisão política mais rígida. Eu tinha que formar uma comissão, baixar uma Portaria, um Decreto para começar a fazer isso e não fiz. Isso aí, deveria ter sido feito porque é muito importante sim [...]. Tem que ter justiça. Eu acredito que foi uma falha da minha administração [...] (SECRETÁRIA “B”).

Conforme a informação do Conselheiro “A” o plano de carreira trouxe benefícios para os professores como a progressão vertical e horizontal, mas também problemas advindos pelo não cumprimento dos direitos pelo poder executivo:

Sim, sem dúvida. No aspecto, por exemplo, da remuneração. Foi um plano que veio garantindo a chamada progressão. Na verdade, nem só uma progressão, ele trouxe uma progressão vertical e outra chamada de progressão horizontal [...] Infelizmente eu nunca ouvi um colega dizer que tenha recebido esta progressão horizontal [...] Isso é muito ruim porque fere o plano que foi aprovado, certo [...] Então esta questão de estar aprovado no plano, mas que nenhum chefe do executivo ainda não organizou isto, então isso vai ficando ruim para o profissional [...] (CONSELHEIRO “A”).

É perceptível na fala do conselheiro que nem sempre a aprovação da lei já garante o cumprimento do direito. Foi uma luta a aprovação do Plano, mas a sua própria implementação requer acompanhamento organizado dos professores sob pena de suas carreiras ficarem comprometidas.

As reflexões sobre as possíveis melhorias garantidas pelo Plano de Carreira aos professores resultam de uma luta constante dos colegas do SINTEPP, uma vez que para serem atendidos em suas reivindicações tiveram que enfrentar uma estrutura de poder muito conservadora:

O Plano de Carreira nosso foi todo constituído pelo nosso compromisso, compromisso da entidade [...]. Nós sempre tivemos na estrutura parlamentar um conservadorismo mui-

RAIMUNDO SOUSA

TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL
EM ALTAMIRA-PA

to grande porque os parlamentares estão sempre atrelados ao executivo, e muitas vezes o executivo não tem interesse nisso. Então nós tivemos que fazer uma articulação grande. [...] A gente foi com o executivo e os parlamentares, são vereadores aqui local, a gente foi fazer com que eles aprovassem nosso salário base, as nossas gratificações de nível superior, nossa pós [pós-graduação], nossas licenças, a jornada [...] hoje nós temos garantia de hora atividade [...] (CONSELHEIRO “B”).

Porém alerta, que ainda falta ampliar ainda mais as garantias, especialmente o Piso Salarial com a jornada de trabalho. Isto porque já é direito, é preciso exigir que o poder público implemente concretamente. Nesse sentido,

Ainda falta adequar melhor? Falta. Ainda falta garantir de fato o terço referente ao PISO? Falta. Piso com jornada. Então receber hoje um piso, garantir a jornada e garantir a hora atividade... Nós estamos nesse entrave agora, neste desafio para avançar para que os poderes consolidem de fato esse direito que nós já temos, porque já é direito, falta ser efetivado concretamente [...] (CONSELHEIRO “B”).

Os depoimentos dos professores e do coordenador pedagógico revelam preocupações com os atuais direitos dos professores garantidos no Plano de Carreira e também no Piso Salarial Profissional Nacional. Mesmo considerando que houve melhorias, o coordenador pedagógico destaca no contexto atual o surgimento de muitas polêmicas em torno dos planos que foram aprovados. Assim declara que “[...] a que mais é colocada em cheque é a questão da valorização salarial profissional, a questão da garantia da hora atividade, enfim, eu acho que são os pontos mais relevantes [...]”. São direitos garantidos no Plano de Carreira e no Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) que estão sendo questionados pelas Prefeituras² na Justiça, sinalizando uma preocupação para os docentes no que se refere principalmente em torno da regulamentação e implementação dos 33% da hora atividade.

Os professores “A” e “B” também mencionam as melhorias que o Plano trouxe. Mas, por exemplo, o primeiro destaca que a questão não é só salarial, mas tem que ver com as condições de trabalho. “[...] A gente ver assim: [...] material para trabalhar, a questão dos livros. Ter acessibilidade na questão da Internet, todo mundo conectado, mas na verdade na escola não funciona da forma como deveria funcionar [...]”. Já o segundo considera que, apesar das melhorias, muitos professores não se interessam em pensar sobre o Plano de Carreira, especialmente os contratados que acham que isso só diz respeito aos concursados. Afirma o professor “B”,

RAIMUNDO SOUSA

TEREZINHA MONTEIRO DOS SANTOS

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS: ANÁLISE DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO EDUCACIONAL
EM ALTAMIRA-PA

2. Casos como os dos municípios de Medicilândia, Pacajá e Uruará são emblemáticos na região do Xingu. Disponível em <<http://www.regionalfmuruara.com.br/home.php?pagina=noticiasView&id=882>>; <<http://jornaldetucurui.blogspot.com.br/2014/05/lei-do-arrocho-professores-ocupam.html>>; <<http://www.diariodopara.com.br/imprensa.php?idnot=106878>>. Acesso: 20/12/2014.

Ah! Eu não entendo nada disso, mesmo porque isso aí não é pra mim é só pro pessoal concursado [...]. Então assim, a gente já teve várias reuniões do SINTEPP [...]. Já teve vários problemas assim, tipo: Ah! A hora atividade vai sair, onde a gente vai ver se isso pode ou não pode? Lá no Plano de Carreira. [...]. Então eu acho assim que o Plano de Carreira foi um grande passo pra melhoria da vida dos profissionais. No entanto acho que muito precisa melhorar [...].

Sobre este assunto – desinteresse do professor pela luta dos demais docentes – poderá ser justamente pela sua instabilidade, enquanto professor contratado. A condição de contratado lhe impede de engrossar as fileiras de resistência aos desmandos políticos que pulverizam o direito dos trabalhadores em educação. Talvez, seja por isso, a persistência dos governos em manter quadros instáveis de funcionários, principalmente pela contratação em detrimento do concurso público, que é uma exigência constitucional.

Assim, estes relatos evidenciam que a garantia do Plano de Carreira do Professores não está consolidada na prática. Embora exista um arcabouço legal, conquistado principalmente por meio das lutas sindicais, constitui desafio a plenitude dos direitos dos professores da educação básica. As frentes de resistência são importantes porque até o que foi conquistado no campo político está sob ameaças, especialmente por governos contrários à participação popular e à formação crítica dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de democratização da gestão como um todo, mesmo a partir do PAR, apresenta poucos avanços. Um dos principais destaques é a reativação do Conselho Municipal de Educação em 2010 e a aprovação da Lei nº 3.085/2012 que cria o Sistema Municipal de Ensino de Altamira, mas que ainda não foi instalado. Apesar do CME instalado, os processos democráticos e participativos estão fragilizados. A inexistência do PME é uma das evidências de retrocesso de gestão democrática e da vitória da prática de gestão experimentada em quase 12 anos e que privilegiou o Plano de Metas, principal instrumento de gestão do IAS. Gestão democrática da Educação não se faz sem Plano Municipal, uma vez que a elaboração deste requer participação da sociedade em todas as etapas – elaboração e implementação – e sem o qual não podemos falar em democratização dos espaços de decisões.

O Plano de Carreira do Magistério, a partir das lutas dos professores, principalmente por sua representação no sindicato, trouxe avanços para os professores, mas no contexto atual os direitos garantidos encontram-se ameaçados, uma vez que as prefeituras têm alegado inconstitucionalidade, recorrendo para tal aos tribunais de justiça que por sua vez remetem às câmaras municipais para que executem a suspensão de direitos, especialmente no que tange às gratificações. Estes atos sinalizam para o fortalecimento da luta da classe docente para a garantia e consolidação dos direitos conquistados historicamente.

Quanto às atividades de controle social podemos registrar a existência do Conselho Municipal de Educação (CME). Contudo, a existência, por si só desse órgão não garante o processo democrático. Para Guimarães (2009, p. 22) “isto sinaliza que não basta apenas a constituição formal/legal do conselho, é indispensável que a sociedade civil intervenha nos processos de tomada de decisões e da fiscalização da gestão pública”. Os depoimentos destacam que os embates têm sido calorosos, mas que o governo tem maior poder e busca até mesmo influenciar os membros para que sempre seja favorecido. Isto ocorre principalmente no CME, onde o presidente foi a secretária de educação.

O envolvimento dos entes federados na política do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação promoveu a construção de um diagnóstico que revelou, senão uma fotografia, mas aspectos fundamentais da gestão da educação. Este diagnóstico engendrou um pacote de ações – PAR, que parecem continuar na mera intencionalidade, especialmente no que concerne à gestão da educação. Nesse sentido, o processo de democratização da gestão ainda constitui um desafio para a educação pública municipal de Altamira. Os depoimentos, contraditoriamente, revelam avanços e retrocessos para a construção de uma gestão mais participativa e democrática. A construção da política educacional com a participação de todos é inviabilizada pela centralidade do poder decisório.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRA. **Lei nº 3.085, de 29 de junho de 2012.** Organiza e Estrutura o Sistema Municipal de Ensino de Altamira – SME, e Reestrutura o Conselho Municipal de Educação – CME.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Documento:** Elaboração do Plano de Ações Articuladas (2008-2011) do Município de Altamira – Relatório, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 18ª ed. Atualizada e ampliada. – São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. **Decreto nº 6.094 – 27 de Abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

CURY, C.R. J. O Conselho Nacional de Educação e a gestão democrática. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão Democrática da Educação:** Desafios Contemporâneos. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DOURADO, L. F. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. C. (Org.). **Gestão democrática de educação:** atuais tendências, novos desafios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant’Anna. Participação Cidadã e Controle Social. In: _____. **Conselhos Gestores na Educação:** perfil, discurso, funcionamento. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Mensagem, 2009.